

29 SET 1986

Saúde

Especialistas querem que a Constituinte discuta a Aids

BRASÍLIA — A Aids poderá se tornar o mais sério problema de saúde pública deste fim-de-século, uma vez que ainda são desconhecidos remédios ou vacinas para controlá-la, o que tem levado à morte todos os atingidos pela doença. Essa advertência está contida em documento do Ministério da Saúde, que servirá de subsídio às discussões do encontro "Aids e Constituinte", a ser realizado nos dias 20 e 21 de outubro em Brasília.

A última estatística do Ministério da Saúde mostra que já sobem a 1.124 os casos notificados de Aids no País (829 já confirmados e 295 em fase de investigação). Dos 829 casos confirmados, 421 já morreram, ou seja, um índice da ordem de 50%. A maior incidência da doença se concentra nos Estados de São Paulo (522 casos) e Rio de Janeiro (152).

No documento, intitulado "Aids — Aspectos sociais e legais", há um alerta para o fato de estar aumentando a incidência entre os bissexuais. Hoje estão incluídos nos grupos de risco de contrair a doenças os homossexuais e os bissexuais masculinos, os viciados em drogas injetáveis, os hemofílicos e todos os que recebem transfusões de sangue frequentemente.

Preparado por técnicos do Ministério, de Secretarias estaduais de Saúde e com a colaboração de grupos de homossexuais, o documento chama a atenção para o fato de que já se criou um estigma em torno da doen-

ça, que tem prejudicado a assistência médica aos pacientes: há até o caso de médicos que se recusam a atender os pacientes. Sem falar em todo tipo de cerceamento aos seus direitos fundamentais que os pacientes vêm sofrendo, como o impedimento de frequentar transporte coletivo, a demissão do emprego, portas fechadas nas escolas.

Esse comportamento, afirma o documento, nasce do desconhecimento da população das formas de transmissão da doença, pois o contágio só se pode dar através de contactos sexuais ou transfusão de sangue contaminado. Por isso o encontro de Brasília propõe uma série de medidas que se constituirão numa política nacional de assistência aos doentes de Aids.

O grupo que elaborou o documento pretende que seja garantido espaço gratuito nos meios de comunicação para informar a população da realidade da doença. Mais ainda: querem que na futura Constituição sejam incluídos mecanismos legais que assegurem aos doentes de Aids e que sejam inseridos na Lei de Imprensa dispositivos que proíbam a divulgação dos nomes dos doentes e seus parentes mais próximos, se não houver autorização prévia para isso. Propõe-se ainda uma fiscalização rigorosa em tudo o que diga respeito ao sangue e derivados (já chegam a 55 os pacientes que pegaram a doença depois de transfusões).